

Reunião Plenária da Comissão de Gestão de Albufeiras, 27 janeiro de 2022

Agência Portuguesa do Ambiente promoveu a **27 de janeiro** uma reunião da Comissão de Gestão de Albufeiras, onde estiveram presentes as diferentes entidades da administração que representam os setores, bem como os representantes dos principais utilizadores, para avaliação da situação e definição de medidas que permitam aumentar a resiliência à situação de seca e escassez, bem como para minimizar os potenciais efeitos nos diferentes setores, com os seguintes objetivos:

1. Avaliação meteorológica e previsões
2. Disponibilidades hídricas em 2021/2022 e identificação de situações críticas
3. Medidas a definir.
4. Outros assuntos

De acordo com o IPMA, os primeiros meses do ano hidrológico o valor de precipitação acumulada é inferior ao valor médio (1971-2000) e ao que se verificava no mesmo período em 2021. As condições meteorológicas que se têm observado não têm permitido a reposição dos volumes armazenados nas albufeiras e nas águas subterrâneas, tal como é natural acontecer depois do período de verão. Continua a ser necessário garantir os usos existentes e o balanço tem conduzido a um abaixamento dos volumes armazenados. De acordo com o IPMA 54% do continente está em seca moderada, 34% em seca severa e 11% em seca extrema.

Atendendo às previsões existentes que indicam de que não se antecipa precipitação significativa no próximo mês é importante acionar os mecanismos que permitam um planeamento seguro e articulado das reservas existentes, tal como aconteceu noutros episódios de seca recentes em 2017 e 2019 e no Alentejo e Algarve em 2020.

Os armazenamentos na terceira semana de janeiro de 2022 por bacia hidrográfica apresentam-se inferiores às médias de armazenamento de janeiro (1990/91 a 2020/21), exceto para as bacias do Douro, Vouga, Guadiana e Arade. Das 64 albufeiras monitorizadas cerca 23% apresentam níveis de armazenamento abaixo dos 40% e 17% níveis superiores a 80%. As situações onde se torna necessário reforçar a vigilância são aquelas que se destinam a vários usos, nomeadamente ao abastecimento público, que está totalmente garantido pois é um uso prioritário.

Sendo ponto assente a salvaguarda dos volumes necessários para, no mínimo garantir um ano de abastecimento, foram definidas cotas a partir da qual outros usos podem ficar condicionados, quer seja a produção de energia ou a rega. Estão nesta situação as albufeiras do Alto Lindoso, Alto Rabagão, Vilar-Tabuaço, Agueira, Cabril, Castelo Bode, Monte da Rocha e Bravura.

Será reforçada a monitorização dos níveis de armazenamento e serão acionadas as reuniões de subcomissões, no âmbito Comissão de Gestão das Albufeiras, sempre que se revele necessário intensificar a articulação entre os diferentes intervenientes.

Comissão de Gestão de Albufeiras

Será dada continuidade ao planeamento de transferências do Alqueva para as albufeiras das bacias do Sado e Guadiana no ano hidrológico 2021/22, bem como aos projetos em curso pela EDIA e pela Associação de Regantes do Mira, pelas Águas do Algarve e Águas Públicas do Alentejo para incrementar a resiliência nestas regiões.

Importa continuar a promover a utilização de ApR nomeadamente nos usos urbanos não potáveis, rega de golfe e rega agrícola com particular incidência no Oeste e no Algarve e continuar a implementação de medidas que visam aumentar a eficiência na captação, no transporte e na distribuição nos diferentes usos para promover uma adaptação às alterações climáticas.

Foram ainda identificadas intervenções em determinados sistemas de abastecimento público ou de rega que permitem rebaixar a cota de captação ou criar circuitos alternativos para criar maior resiliência e providenciar um aproveitamento mais efetivo dos volumes disponíveis.

O apoio aos setores da agricultura mais afetados, nomeadamente a produção de alimentação para o gado e o abeamento animal estão também a ser considerados.

Depois desta primeira avaliação com os setores e delineadas as linhas de ação será realizada no dia 1 de fevereiro a 8.ª reunião da Comissão Ministerial da Seca para consolidação das medidas que permitam novamente enfrentar a situação, de forma planeada e articulada entre todos, mas sem deixar de definir as linhas mestras de atuação.